

Discursividade e narratividade: vértices redimensionados no jornalismo

Fernando Resende¹

A partir da idéia de que o campo dos *media* seja constitutivo de uma tríplice componente, discursividade/narratividade/máquinas, o artigo se propõe a lançar um breve olhar sobre o discurso jornalístico brasileiro à luz da história, na tentativa de compreender o seu processo de construção. Sob essa ótica, espera-se entender que a tríade sugerida por Rodrigues (1984) se revela incompleta. Do ponto de vista da produção de conhecimento, discursividade e narratividade, se são de fato vértices do triângulo, são, antes de tudo, ausências. Este ensaio sugere, então, uma melhor compreensão acerca dessas ausências, indagando-se, ao mesmo tempo, se as análises do discurso e da narrativa seriam, de certa forma, modos de (re)conhecer discursividade e narratividade, redimensionados, como elementos constitutivos do jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo, história, epistemologia.

Discourse and narrative: redimensioned vertexes in journalism. Considering the field of media as constituted by a triple component, discourse/narrative/machines, this essay proposes a historical analysis of the Brazilian journalistic discourse as an attempt to understand its process of construction. From this point of view, the triad suggested by Rodrigues (1984) proves to be incomplete. From the perspective of the production of knowledge, discourse and narrative, once they really are vertexes of the triangle, are absences. This article suggests, then, a better understanding of such absences, asking at the same time whether the analyses of discourse and narrative might be, somehow, ways of conceiving these two redimensioned vertexes as constitutive elements of journalism.

Key words: journalism, history, epistemology.

Partiendo de la idea de que el campo de los medios se constituye con tres componentes: discursividad/narratividad/aparatos, el artículo se propone realizar una breve revisión del discurso periodístico brasileño a la luz de la historia, con la intención de comprender su proceso de construcción. Bajo esta óptica, espera comprender que la tríada sugerida por Rodrigues (1984) resulta incompleta. Desde el punto de vista de la producción de conocimiento, si la discursividad y la narratividad son, de hecho, vértices del triángulo, son, antes que nada, ausencias. Este ensayo propone, por lo tanto, una manera de comprender mejor estas ausencias y, al mismo tiempo, se pregunta si el análisis del discurso y de la narrativa no resultarán, de cierta forma, modos de (re)conocer la discursividad y la narratividad, así redimensionadas, como elementos constitutivos del periodismo.

Palabras clave: periodismo, historia, epistemología.

¹ Professor e pesquisador visitante (Faperj) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF) E-mail: fernandoresende@terra.com.br

O discurso jornalístico: uma breve história

Entender que “um discurso não é feito de frases, mas de frases enunciadas, ou, resumidamente, de enunciados” e que a enunciação que daí advém “inclui um locutor que enuncia, um alocutário a quem ele se dirige, um tempo e um lugar, um discurso que precede e que se segue; enfim, um contexto de enunciação”, como sugere Todorov (1980, p. 47), parece ser fundamental. Necessariamente, nesse sentido, trabalha-se com a possibilidade, na própria escritura, de se articularem outras verdades que não somente as que se deixam revelar em um texto cuja demanda principal, por exemplo, é que o locutor se resvale do próprio lugar. Tratar o discurso como sendo feito de enunciados significa pensá-lo como ato de fala, o que implica considerar o contexto de enunciação e, assim, entender toda e qualquer prática discursiva.

O jornalístico, resultado de uma prática e de um ato discursivos, apresenta-se ancorado em pilares rígidos o suficiente para fazer com que a discussão sobre a ambigüidade que lhe é inerente – porque assim acontece a qualquer ato discursivo – se encerre nas bases conceituais que o sustentam. O contexto de enunciação, sob essa lógica, torna-se o menos relevante, porque não se apresenta, aparentemente, como lugar onde o enunciado se constitui. O mundo, sob essa perspectiva, é totalmente externo ao texto, como se todo texto prescindisse do homem que constrói e vive o mundo. Uma breve incursão na história do jornalismo leva a entender, pela via do discurso, como, em sua própria constituição, a história se faz refletida. E mais, como o contexto histórico em que o jornalismo se constitui enquanto campo de reflexão e prática tem um papel de fundamental importância no que se tem apreendido acerca desse campo ao longo dos anos. No caso do Brasil, particularmente, é nítido como fatos e falas se inter cruzam.

Os dados históricos acerca das primeiras manifestações jornalísticas no Brasil Colônia chamam atenção para uma disparidade, aparentemente contraditória, que vem,

desde então, acompanhando o processo no qual se produz o discurso jornalístico. Entre o noticiário em terceira pessoa e um outro, o que se fazia na pessoa do dono do jornal², flagra-se um discurso ambíguo que se propõe primar, exclusivamente, pela verdade dos fatos. Assim, nascia, embutida no discurso jornalístico, uma das problemáticas que o envolveria e até hoje o faz: o ato de narrar.

No Brasil Colônia, *quem* contava a história já se apresentava como uma variante estrutural do discurso que se formava. Naquele momento, toda e qualquer tentativa de emancipação pela via da escrita e da expressão era dificultada pela metrópole, traço comum no que se refere a várias outras atividades na época colonial. Em um período escravagista, uma sociedade dependente não se apresentava econômica e socialmente favorável à instalação, efetiva, de uma imprensa. O *Correio Brasiliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* abriram as portas, mas ainda assim com bastante atraso em relação não só à Europa como também à América Espanhola³. Todavia, o que parece significativo ressaltar é que, com esses dois exemplos de periódicos, o discurso jornalístico brasileiro, de algum modo, nasce marcado pela incongruência das vozes.

A Europa, nesse mesmo período, já se via às voltas com uma imprensa em processo de profissionalização, abrindo espaço para a “grande clivagem” de que fala Ciro Marcondes Filho (2000, p. 13), um momento em que “a atividade que se iniciara com as discussões político-literárias aquecidas, emocionais, relativamente anárquicas, começava agora a se constituir como grande empresa capitalista”⁴. Ocorreria, nessa época, uma mudança no tipo de discurso, determinada por condições econômicas e comerciais que marcavam aquele momento, fator que encontrava sentido nas transformações sociopolíticas por que passavam os países do norte. As revoluções burguesas, mais particularmente a inglesa e a francesa, deixavam suas marcas e impunham suas conseqüências, fazendo de alguns países europeus lugares outros, distintos do que se havia conhecido na época anterior. Ainda que problemas de ordem socioeconômica continuassem afligindo a própria Inglaterra e a França, já se tinha dado o salto em direção a um processo de desenvolvimento capitalista. E, enquanto isso, “a notícia,

² O *Correio Brasiliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* são historicamente considerados os dois primeiros periódicos a circular em no Brasil. Ambos nasceram em 1808, sendo que o primeiro, impresso em Londres, trazia como característica textos opinativos nos quais se notava a voz do dono do jornal, Hipólito da Costa. Já a *Gazeta do Rio de Janeiro*, resultado da iniciativa oficial portuguesa, trazia descrições, relatos e pequenos avisos e anúncios, uma narrativa em terceira pessoa (Sodré, 1999).

³ “[...] o México conheceu a imprensa, em 1539; o Peru, em 1583; as colônias inglesas, em 1650” (Sodré, 1999, p. 10).

⁴ Para o autor, a metade do século XIX marca a mudança do primeiro para o segundo jornalismo, quando “o seu *valor de troca* [...] passa a ser prioritário em relação ao seu *valor de uso*, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais” (Marcondes Filho, 2000, p. 13).

como mercadoria, vai recebendo cada vez mais investimento para melhorar sua aparência e sua vendabilidade” (Marcondes Filho, 2000, p. 24).

Ou seja, a necessidade de adequar o texto a uma pragmática editorial torna-se premente. E, assim, inauguram-se os determinantes que provocariam uma caminhada no sentido, que em parte até hoje prevalece, de fazer com que o redator perdesse sua autonomia em relação à produção textual, não só porque as regras definidoras do discurso factual começavam a se impor como também porque, a partir daí, dava-se maior poder ao editor. Nesse sentido, com aparente naturalidade, a problemática da narração (a que envolve o sujeito do enunciado e o da enunciação) resolvia-se de modo a (co)responder às demandas externas à constituição do próprio texto ou discurso jornalístico.

Se, na Europa, tal mudança teve tempo razoável para ser processada, considerando que desde o século XVII já se tem história de uma imprensa europeia e de uma consciência política em fase de constituição⁵, no Brasil, o mesmo não acontece. Aqui, o processo de implementação de uma imprensa dita “comercial” demandaria ainda outros percalços. Vivia-se sob a égide de uma censura imposta pela metrópole, que “impossibilitava o ler ou o escrever qualquer tema fora da religião e da moral” (Mariani, 1993, p. 34) e buscava-se já a chamada “imprensa da independência”. A oposição entre esta e a imprensa áulica⁶ não só repetiria os lugares marcados pelos dois primeiros periódicos – o oficial e o extra – como também instituiria outra variante.

Tratava-se de relatos maniqueístas, certamente determinados pelas condições históricas, acerca dos fatos que marcavam a época. Em sua constituição, mostravam-se já preocupados em narrar, cada um a seu modo, a versão mais verdadeira da verdade. Ou seja, além da problemática do quem detectada em sua gênese, o lugar de onde se fala – porque cada um detém a sua verdade – apresentava-se como variante estrutural do discurso. Vale ressaltar, fala-se do ponto de vista da organização e da implementação desse discurso e, nesse sentido, tanto as vozes como os lugares são definidores do modo como se fala; ou seja, não só se deve

considerar quem fala (variante da enunciação) como também se deve falar contra ou a favor (variante do contexto, ou do enunciado)⁷. Parece ainda importante fazer notar que essas primeiras variantes apresentadas pelo ato jornalístico não são manifestações peculiares a este tipo de discurso (que até então nem mesmo existia como tal).

Censura: o primeiro sintoma do pudor

Somada a essas variantes, uma outra questão permeia a formação do discurso jornalístico brasileiro. Além da censura externa, vinda da metrópole, uma espécie de autocensura também se manifestara no primeiro periódico produzido extra-oficialmente. Tal atitude fazia com que a imprensa que se construía trouxesse no seu cerne um discurso pautado pelo pudor da fala. Hipólito da Costa, que, em 1808, produzia o *Correio Brasiliense*, já recomendava que “mostrar os fatos com evidência” e, ainda, “munidos de uma censura adequada” (Costa in Mariani, 1993, p. 38) fossem determinantes básicos que desde então, podemos considerar, se adequariam ao efeito de verdade que deveria, e ainda deve ser produzido pelo e no discurso jornalístico. Um dos precursores do jornalismo no Brasil, assim, dava sua contribuição, não só para que nascesse o nosso jornalismo, mas também para que se instaurasse, nesse mesmo modo narrativo, um certo pudor que aparentemente garantiria a verdade dos fatos. E, desse modo, na gênese do discurso jornalístico brasileiro, a censura tornava-se um condicionante que demarcaria limites para a fala jornalística; observação esta que faz deste um discurso marcado pelo respeito à sua própria ordem. Diante desse fato, a relação é direta: objetividade, imparcialidade, atualidade e verdade, somente para citar alguns conceitos, são dados a partir dos quais se deve produzir o discurso; ou seja, eles são provocadores do discurso, antes mesmo de serem derivados de um ato de fala.

⁵ “O primeiro jornal diário alemão nasceu [...], em Leipzig, em 1660. No entanto a França já tinha um público leitor substancial desde o século XVII, e ele cresceu tremendamente no século XVIII, especialmente nas cidades e no norte da França, onde, em 1789, quase metade da população adulta masculina era alfabetizada. Esse público tinha curiosidade quanto aos assuntos públicos e consciência de sua importância como nova força na política – ou seja, como opinião pública –, apesar de não ter voz no governo” (Darnton, 2000, p. 7).

⁶ Referência à imprensa palaciana, oficial, e à que defendia a independência que viria em 1822. De acordo com Sodré (1999, p. 51): “O primeiro periódico que defendeu os interesses brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica, começou a circular na Bahia a 4 de agosto de 1821.”

⁷ Um estudo mais detalhado acerca do modelo de pressupostos sugerido por Van Dijk (1992) encontra-se em Resende (2002a).

Entre o artesanal e o comercial: o pendor literário

Por volta dos anos 30, no século XIX, surgiam os pasquins, que, para Werneck Sodré, têm, “na história da imprensa brasileira, [...] um papel de inequívoca e fundamental importância” (1999, p. 180). Além de terem fechado o ciclo da imprensa artesanal⁸, eles contribuiriam com uma linguagem mais contestatória (ou virulenta, como diria Sodré), para que a imprensa se abrisse às polêmicas, fase que então traria um discurso mais marcadamente – se é possível assim diferenciar – literário. Dessa forma, na mesma época em que se esboçavam as inovações técnicas que só se tornariam definitivas na segunda metade do século XIX, maiores liberdades discursivas viriam com o discurso que seria predominante no jornalismo do final do século XVIII até o princípio do século seguinte. Importante ressaltar: não que antes esse tom deixasse de se apresentar, mas, naqueles primeiros jornais, muito mais se ecoava uma só voz, contrária ou a favor.

A atividade jornalística, nesse período, era permeada por uma postura que, necessariamente, provocaria um discurso mais afeito ao ficcional. Paradoxalmente, já que a busca pelo furo ou pela notícia em primeira mão era (e às vezes ainda parece ser) uma das determinações mais fundamentais do jornalismo, os jornalistas assumiam um modo de agir tão radicalmente investigativo, que seria difícil, depois de tanto esforço, produzir qualquer outro discurso que não estabelecesse fronteira com a ficção. Ruy Castro (2001, p. 47), ao relatar como os jornalistas apuravam os fatos naquela época, conta que “o repórter”, ao retornar das suas investigações, “despejava o material na mesa do redator e este esfregava as mãos antes de exercer sobre ele os seus pendoros de ficcionista”.

Esse traço literário – nuança narrativa, que, em se tratando do discurso jornalístico, significa, basicamente, contextualização dos fatos e descrição das personagens⁹ – apresenta-se muito mais como característica intrínseca a qualquer ato de fala do que tão exclusivamente ao literário.

A “lógica do texto”¹⁰ obriga-nos a olhar a narrativa em sua constituição e, desde que se entenda o ato de narrar como ato de fala e como processo de criação de sentidos, sabe-se que narrar qualquer história implica, necessariamente, contextualizar e descrever.

Esse tipo de discurso, com propensões literárias, deixou marcas profundas no jornalismo brasileiro – não só os Rodrigues, como também Assis Chateaubriand, Samuel Wainer e mesmo os Marinho constituíram os seus monopólios com base nesse modelo discursivo. No entanto, ele teve breve sobrevida, e, em um curto espaço de tempo, o jornalismo no Brasil já se via impelido a se inserir em uma lógica de mercado. É certo que não, particularmente, nos moldes hoje conhecidos, mas, vale ressaltar, datam já do final do século XIX as primeiras manifestações de uma grande imprensa no Brasil.

Assim, em termos de organização, conhecimento e vivência do jornalismo como prática discursiva, mal se teve tempo de experimentar uma certa “espontaneidade” – o que na história da imprensa europeia durou todo o século XVIII – e tornou-se já obrigatório inteirar-se das demandas técnico-operacionais que impunham um discurso mais formatado. A rigor, do ponto de vista da história da imprensa, procurava-se a inserção, no princípio do século, em uma era moderna, quando, pelo menos mais efetivamente até os anos 30, o Brasil ainda não se encontrava totalmente inserido na modernidade do século XIX – se é que de fato um dia se encontrou, pois, em vários aspectos, saltou diretamente para a modernidade do século XX.

Tais observações marcam a busca por conhecer a estrutura discursiva jornalística, e estes dados históricos, os de uma imprensa em processo concomitante de amadorismo e comercialização, nutrem as inferências de que todo discurso, antes de se constituir pelos conceitos a ele previamente atribuídos, é construído a partir das condições históricas (sociais, econômicas, políticas e culturais) em que ele se forma. Assim, as narrativas jornalísticas do início do século XX experimentam uma variedade de modos e lugares, ora representando um momento em que a imprensa se faz artesanal ora comercial.

⁸ Nelson Werneck Sodré divide a história da imprensa brasileira nas fases artesanal e industrial. Segundo o autor, a primeira fase atravessa um longo período na história do Brasil e a mudança somente ocorre quando a imprensa começa a se abrir às perspectivas de uma produção de massa (Sodré, 1999).

⁹ Na investigação feita acerca das relações entre os discursos jornalístico e literário, tais recursos narrativos apresentam-se como os que demarcam os limites aparentes entre os dois discursos. O jornalístico, ao limitar-se a averiguar e a apresentar os fatos, enfim, a informar, parece crer que fazer uso desses dois aspectos narrativos significa desprender-se da verdade do fato (Resende, 2002a).

¹⁰ Proposta desenvolvida na tese de doutoramento “O olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico”, defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (Resende, 2002b). Um artigo, cuja base é a tese, encontra-se nos Anais do XIII Encontro Anual da Compôs, GT Estudos de Jornalismo.

Se, de certa forma, este é um pequeno quadro do que o discurso jornalístico daquela época podia representar, trata-se de vê-lo como representativo de uma condição de qualquer discurso, antes mesmo de ser jornalístico. Do ponto de vista conceitual, não havia, ainda, nenhum operador teórico que definisse como o discurso jornalístico deveria ou não ser. Havia as variantes estruturais de que se falou (as vozes e os lugares) e, somados a elas, os outros possíveis do discurso: no caso, os componentes literários e outros recursos narrativos. Assim, no que se refere à história da imprensa brasileira, entre 1780 e 1930, vive-se intensamente o que a Europa experimentou durante os séculos XVIII e XIX. De modo instigante, esse período apresenta-se como um momento em que, com extrema rapidez, construiu-se no Brasil um discurso cindido entre o que o jornalístico poderia e o que deveria ser.

Mercado: o agente da censura?

Entretanto, o que parece peculiar, no caso da formação do discurso jornalístico brasileiro, é o fato de ser ele constituído e instituído em uma colônia e, muito por isso, ser apressado e atropelado – como acontece com tantos outros modos e saberes no Brasil – por condições históricas externas tão radicalmente impositivas. Nesse aspecto, o fato de se terem experimentado modos discursivos tão diversos em momentos concomitantes e curtos fez do discurso jornalístico, do ponto de vista epistemológico, um campo relativamente frágil, facilmente influenciável e influenciado por um rigor conceitual e uma determinação normatizante vindos de fora.

Na década de 50, por exemplo, o jornalismo brasileiro descartava a cisão que fora construída no período anterior, disponibilizando-se a seguir a ordem do que o discurso deveria ser. Nessa época, assistiu-se à criação de vários jornais, como a *Tribuna da Imprensa* (1949) e *Última Hora* (1951), que “introduziram novas técnicas de apresentação gráfica e inovações na cobertura jornalística, renovando a linguagem da imprensa” (Abreu, 1996, p. 15). A segunda metade do século

XX – também com extrema rapidez, porque o desenvolvimento industrial capitalista e a tecnologia são consolidados – fez com que o mercado (e, à sua revelia, a técnica) se estabelecesse definitivamente como uma prerrogativa, mais até do que um determinante, do jornalismo brasileiro. E, assim, as variantes estruturais do discurso são praticamente substituídas por um agente, dessa vez definidor do *como se deve falar* nos jornais: o mercado. Dessa forma, o jornalismo de opinião “foi gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação” (Abreu, 1996, p. 15).

Vários são os fatores histórico-conjunturais que contribuem para a legitimação do mercado como agente definidor e regulador do discurso jornalístico. No contexto socioeconômico, em particular nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, o país vive um gradativo e significativo aumento na produção industrial de bens de consumo: a grande meta a ser atingida era o desenvolvimento econômico. Na época, assiste-se ao nascimento e à implementação de pólos industriais que determinarão os novos rumos que o país irá tomar e o assunto torna-se tema central nos projetos dos partidos políticos, passando a ser motor social. Em parte, é como se o auge do moderno estivesse sendo vivido, no sentido desenvolvimentista que o seu projeto impinge.

O mercado, nesse contexto, torna-se o censor e é um agente fundamental porque parte-se de uma lógica que visa a entender o poder de consumo como símbolo do próprio desenvolvimento. É quando chega a televisão e é a mesma época em que o teatro, o cinema e o rádio começam a estruturar-se como indústrias de massa. Mais ainda, é nos anos 50 que se dá início aos investimentos no setor publicitário, provocando, no país, a implantação de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade. O Brasil, pelo menos aparentemente, caminha em direção ao futuro, os anos JK são bastante representativos desse momento e tudo contribui para a legitimação de uma lógica funcionalista na compreensão de várias atividades e campos do saber. O jornalismo, a reboque do novíssimo campo da Comunicação Social, não ficaria ileso.

Assim, a passagem de uma imprensa comercial para uma industrial – que, na Europa, de acordo com Bernard Miège¹¹, se dá entre os séculos XIX e XX – é radicalmente vivida nessa mesma segunda metade do século passado. Uma vez mais, o país é atropelado pela história e se vê obrigado a

¹¹ Bernard Miège, ao refletir sobre a imprensa na perspectiva da constituição dos espaços públicos, trabalha com quatro lógicas sociais que explicam o papel e o desempenho da imprensa desde o século XVIII até o atual. São elas: a imprensa de opinião (século XVIII), a comercial (XIX), a que implica a entrada das mídias audiovisuais de massa (século XX) e a das relações públicas generalizadas (final dos anos 70). Para o autor, elas estão todas imbricadas na constituição do espaço público contemporâneo (Miège, 1999, p. 4-11).

realizar adequações e alterações antes mesmo de se inteirar sobre modelos anteriores¹². Sob essa perspectiva, o discurso jornalístico, como prática e objeto de conhecimento, sofre uma drástica interferência. O ato de narrar, que nunca chegou a ser uma problemática do discurso jornalístico, jamais então o seria, pois este discurso passava a ser definitivamente regido por determinações conceituais: ser objetivo e imparcial, por exemplo.

Desse modo, ganhou lugar, desde então, uma produção textual determinada por regras e normas que visam a dirimir os problemas trazidos pelas variantes estruturais e pelos possíveis do discurso. Tendo a velocidade como moto-contínuo, a problemática do tempo é uma das principais aliadas para justificar tal produção. Os textos precisam ser breves e claros, principalmente, diz-se, porque o leitor dispõe de pouco tempo para se fazer informado. E mais, precisam ainda ser imparciais, de modo que a informação seja transmitida no seu estado mais verdadeiro possível. Desse modo, acredita-se, não se corre o risco das inverdades. E essa postura, ao mesmo tempo em que reforça tal produção textual como legítima do jornalismo, encontra no agente mercado – porque este define quais produtos são bem ou mal aceitos – a sua razão de ser.

Assim, do ponto de vista histórico, o contexto que envolve o fazer jornalístico na segunda metade do século XX legitima o mercado como agente regulador tanto dessa sociedade como das práticas discursivas que nela se manifestam. É preciso ressaltar, este contexto, no qual se agrega o imaginário em torno das idéias de crescimento e progresso que, na mesma época, acomete a sociedade e os campos do saber de modo geral, é também marcado pelo advento da tecnologia. Este é um dado de extrema relevância se consideramos sua força enquanto agente facilitador das dinâmicas que se inscrevem no mundo pós-industrializado e as mudanças que atravessam as práticas comunicacionais a partir deste mesmo período.

A busca pelo conceito e o triângulo simplificado

Do ponto de vista epistemológico, o percurso e os dados históricos aqui levantados são também relevantes.

Adriano Rodrigues (1984) discute a idéia de uma tríplice componente – discursividade, narratividade e máquinas – que delimita o campo dos *media* como instituição social e são elementos nodais na sua própria constituição¹³. A tríade a que se refere Rodrigues, no nosso entender, complexifica este campo que, pelas razões históricas aqui expostas, parece ter encontrado motivos para valorizar somente dois dos seus componentes: a discursividade e a tecnologia. As máquinas, a que Rodrigues se refere como *homo terminalis*, seriam o lugar para onde e de onde escoam a produção. Elas contribuem para a transmissão dos fatos e dados, ajudando, ao mesmo tempo, a implementar e legitimar as técnicas de que se vale o fazer jornalístico. Para o bem e para o mal, elas são agentes facilitadores no processo de produção/circulação/recepção, atendendo, especialmente, ao apelo da velocidade. No âmbito desta reflexão, a discursividade, para Rodrigues o “prelúdio”, e a narratividade, para ele o “interlúdio”, são os vértices do triângulo que nos interessam mais particularmente.

Minha hipótese é de que o discurso dominante *sobre* o jornalismo – o de caráter epistemológico –, contribui para o fato de que a discursividade a que se refere Rodrigues adquira um papel proeminente. Trazendo como pano de fundo a informação como valor, em detrimento das questões mais complexas afeitas ao processo de comunicação, este discurso construído para pensar a prática, na verdade, pouco a problematiza; ele não se faz crítico em relação às incoerências que naturalmente despontavam.

A questão da incongruência das vozes, por exemplo – que encontra modos de se dissipar nas incoerências da história, apesar de revelar no jornalístico a fundamental problemática da enunciação –, é deixada de lado na perspectiva do discurso que sobre ela deveria refletir. A diferenciação autor / narrador, por exemplo – dado pertinente a qualquer prática discursiva –, só muito recentemente, é estudada e debatida no âmbito dos estudos do jornalismo. Enquanto problema encontrava-se resguardado, fosse pela teoria do espelho e outros estudos de paradigma positivista ou sob a certeza de que, com o propósito de atender aos apelos de um discurso objetivo e imparcial, ao jornalista caberia tão-somente resvalar-se do fato narrado.

Do mesmo modo, podemos nos indagar como pensar em dialogismo sob a égide de uma epistemologia dominante que ancora a questão da credibilidade na idéia de um relato isento e calcado em fontes ditas “oficiais”; um discurso

¹² Para Sodré (1999), o Brasil nem mesmo viveu uma fase comercial.

¹³ Ainda que outros trabalhos posteriores tenham o mérito de discutir as particularidades a que as especificidades do campo estão sujeitas, no âmbito desta reflexão, a idéia da tríplice componente desenvolvida por Rodrigues se faz central, pois ressalta, de uma perspectiva epistemológica, as ausências a que este artigo se refere.

“sobre” que pouco problematizou, por exemplo, a noção de polifonia. Mais ainda, e é este um aspecto que certamente nos leva a redimensionar a prática discursiva jornalística, como trabalhar com a dimensão de uma necessária e efetiva pluralidade de vozes à luz de um discurso “sobre” que pouco se indagou acerca de uma noção mais ampla de cotidiano?

Os estudos do jornalismo, que nos últimos anos concentraram suas interrogantes na perspectiva do conteúdo, do que comportava e significava a notícia, por exemplo, traziam como questão de fundo o desejo de conhecer e explicar o conceito de jornalismo. Uma abordagem absolutamente necessária, tendo em vista o lugar inaugural de um campo que se constituía, muito mais, a partir de uma prática – de um fazer desprovido de reflexão – do que de uma *práxis*. Esta prática, essencial e urgente quando a razão iluminista buscava encontrar lugares por onde extravasar o seu desejo de esclarecer e explicar os fatos do mundo, ao se deixar instaurar como um campo de conhecimento revestiu-se de uma necessidade de explicar-se a si mesmo, fato que se deu à luz da função que lhe era atribuída: mostrar à sociedade o que nela é o acontecido.

Assim, haveríamos de entender o que é jornalismo não da perspectiva do que este campo traz como ordem complexa, mas a partir de propostas assépticas que, no campo da comunicação como um todo, tomavam qualquer ruído como indesejável, porque tornaria sua prática menos cumpridora dos seus deveres que, resumidamente, no caso do jornalismo, seriam mostrar, esclarecer e explicar os fatos do cotidiano. No bojo destes estudos¹⁴, procuramos respostas para o que é jornalismo, discutindo não só questões de ordem ética – qual deve ser a postura e o papel do jornalista, por exemplo –, mas também a relevância deste que se legitimava como o lugar em que os fatos seriam revelados, como se no próprio ato de trazer os fatos à tona não estivesse contida toda a complexidade da qual se procurou escapar. Tendo a dimensão do conteúdo como foco dominante nesta primeira fase dos estudos, o ideal era não abordar o que desorganizava uma compreensão que pautasse pela ordem do conhecimento linear.

É fundamental tomar a história como amparo com o propósito de entender que, do ponto de vista da construção do pensamento sobre o jornalismo, as experimentações de

linguagem e discursivas feitas no período anterior aos anos de 1950 foram desconsideradas, como se tudo aquilo não representasse mais do que meras tentativas de se fazer jornalismo. Não só o pendor literário, que poderia lhe parecer constitutivo, mas também os metadiscursos que o jornalismo criava em torno da sua própria constitutibilidade não resultam em aprendizado para a prática e o pensamento jornalísticos, pois, na perspectiva da epistemologia dominante, o que é jornalismo, de fato, somente encontra legitimidade a partir da segunda metade do século XX¹⁵.

Lembrando que negar o passado, além de ser um dos princípios instaurados pelo moderno, é um traço relativamente comum aos vários outros saberes construídos no Brasil colonizado, entendemos que ao olhar que nega o percurso histórico como dado relevante para a construção de conhecimento sobre o jornalismo, quando acometido pela censura do agente mercado, só resta o acolhimento de uma técnica que o justifique. No campo da comunicação, especificamente, que traz como uma de suas problemáticas não “suportar [...] a diferença perante o seu projeto racional e a disfuncionalidade de uma apropriação concreta total da palavra” (Rodrigues, 1984, p. 15), este se torna um traço ainda mais marcante. Fazendo-nos pensar no quanto a perspectiva epistemológica dominante no jornalismo precisa se fazer valer da informação como valor – em detrimento mesmo das ambigüidades que se encerram no conceito e na prática comunicacional – Rodrigues ainda afirma: “o que a problemática da comunicação [...] camufla é a substituição da lógica de consumação [...] pela lógica do consumo [...]” (1984, p. 11). Ou seja, se não cabe fruição e a regra é consumir, que tenha valor o discurso mais palatável.

E, nesse sentido, os dois vértices do triângulo, discursividade/máquinas, apresentam-se com uma coerência tal (um passa a ser parte própria do outro), com o ônus de reduzir a noção de discursividade, simplificando ainda mais o triângulo. Torna-se quase óbvia, assim, a legitimação e a dominância destes estudos que, na verdade, reforçam o elo entre as duas pontas, deixando, no campo específico do jornalismo, um flanco aberto perante os aspectos de cunho simbólico. Estes são inevitavelmente chamados à cena quando assentamos o triângulo nas três

¹⁴ Aqui, por razões de espaço, os estudos de paradigma positivista estão sendo tratados de forma generalista. O pensamento sobre os estudos do jornalismo, na sua perspectiva hegemônica, encontra-se melhor desenvolvido em Resende (2002b).

¹⁵ Nos anos de 2005 e 2006, sob minha orientação e com o apoio do CNPq e da Faperj, foram realizadas três pesquisas de iniciação científica que muito contribuem para o desenvolvimento desta reflexão. Com o título de “As narrativas de resistência e o discurso jornalístico: a necessária reinvenção do passado”, foram pesquisadas narrativas policiais, relatos de guerra e outros relativos à Semana de Arte Moderna. Os achados, em fase de compilação, revelam aspectos importantes sobre a estrutura do discurso jornalístico no período anterior aos anos 50.

pontas que lhe cabem. O vértice terceiro, o da narratividade, é o que de fato pode romper com a dimensão apaziguadora instalada na linha máquinas ó discursividade. E hoje, um olhar sobre a história da formação da prática discursiva jornalística e sobre a instauração de uma epistemologia que se fez dominante revela discrepâncias fundamentais de serem avaliadas, marcas de um vazio e de uma ausência. Um recalque, dirá ainda Rodrigues (1984, p. 15), uma “mobilização incontrolada em torno de projetos de apropriação não funcionais e não previstos pelas regras da racionalidade da planificação social da apropriação”.

Complexidades no tecido contemporâneo: o triângulo redimensionado

As investigações na perspectiva da linguagem, que levantam questões caras a qualquer campo que tem o discurso como seu objeto, só muito recentemente começam a tomar corpo no jornalismo. Elas vêm no bojo de mudanças históricas e culturais que marcam o mundo de acontecimentos não previstos pela modernidade imaginada. A noção de um espaço público alargado que, de uma perspectiva simbólica, se redesenha na medida em que avançam os meios eletrônicos, altera as noções de espaço / tempo, referência fulcral para a localização do homem no mundo (Giddens, 1991). Trata-se, neste momento, da vivência de experiências diversas, distintas das que até então se configuravam como possíveis, e da viabilidade de conhecer o outro, também, de formas próprias deste tempo.

Assim, o trânsito que se processa tanto fisicamente (porque as migrações humanas são marcas do contemporâneo), como simbolicamente (porque a imaginação, com o advento dos meios eletrônicos, se torna força produtiva) reconfigura o imbricamento das redes de experiências (Appadurai, 2003), alterando modos de vida – lazer e trabalho, por exemplo – e interferindo em aspectos de ordem prática e subjetiva (Martín-Barbero, 2003). Um movimento que tem se inscrito, na contemporaneidade, como característica singular de um tempo em que a experiência se processa pela via das culturalidades (Rodrigues, 2000); um movimento que certamente reverbera, como aqui queremos sugerir, nos modos de pensar e fazer jornalismo.

Tais aspectos, somados às problemáticas suscitadas pelos processos globalizatórios e à constante reavaliação e

relocação dos papéis e das pertinências dos atores e dos campos sociais, trazem à tona o conhecimento cada vez mais explícito de que os fatos não se explicam, tão-somente, à luz dos relatos jornalísticos. Na dimensão do conflito que ora experimentamos, sabemos que há vários dizeres – dentro e fora do jornalístico – que se fazem tão ou mais fundamentais que os apresentados na perspectiva do que até então (re)conhecemos como jornalismo. Esta constatação obriga-nos a alargar os nossos modos de buscar a compreensão dos problemas, com a cautela de não abandonar algumas das especificidades do campo. Uma perspectiva não excludente dos dilemas que, do ponto de vista epistemológico dominante, já nos têm sido apontados. Ao contrário, há que somar os atuais desafios àqueles, tornando mais complexo o olhar sobre o campo do jornalismo, buscando, inclusive, um redimensionamento de sua *práxis*.

Sendo assim, para que seja possível acolher as dimensões complexas que hoje atravessam o campo epistemológico do jornalismo, parece-nos importante reconhecer a narratividade como um vértice fundamental. Deixado de lado para dar lugar à pretensa produção de um conhecimento ordenado, este terceiro vértice do triângulo apresenta interrogantes que podem contribuir para uma construção de conhecimento acerca do jornalismo que abarque perspectivas mais complexas. Pois, enquanto campo social há que se entender que, além de ser autônomo e dependente, o jornalismo é também o espaço em que se narram modos e experiências de vida, dado relevante para qualquer lugar de saber e prática que tenha a subjetividade como algo para além do efêmero.

O reconhecimento deste fato, que ganha relevância no atual contexto, explica-nos, também, que para o bem e para o mal, o próprio jornalismo, como acontece com o restante dos meios, interfere no *status quo*, legitimando e recriando modos de vida. E, sob essa ótica, tanto os Estudos Culturais como a recepção, enquanto lugares de produção de conhecimento e sentido, ou o cruzamento de saberes com outras disciplinas, por exemplo, a antropologia, a história, os estudos do discurso e os estudos literários, somente para citar algumas, são cruciais para que possamos complexificar a participação do jornalismo na construção do imaginário cotidiano do presente. Tais lugares de saber, que oferecem distintas metodologias de trabalho, tornam-se cada vez mais relevantes para que o jornalismo seja investigado na perspectiva dos estudos da linguagem. E vale dizer, não tão-somente com o propósito de identificar os meandros do seu conteúdo, mas fundamentalmente com a finalidade de conhecer os modos e as possíveis estratégias discursivas e narrativas que compõem o que no jornalismo, por exemplo, conhecemos como notícia.

Há vários estudos em processo; a Teoria Construcionista, nos anos 70, abre precedentes para os estudos da linguagem no jornalismo. A análise do discurso de linha francesa, por exemplo, a que Benetti (2007) se refere como especialmente produtiva para o mapeamento das vozes e a identificação dos sentidos, somada às análises da narrativa, de cunho literário, pode ser de grande contribuição. No caso, não só para alargar a noção de discursividade – reduzida, como vimos a uma dimensão tecnicista – como também para auxiliar na complexificação da própria idéia de narratividade, antes compreendida a partir de um suposto não empirismo ou não cientificismo, já que particularmente associada a um simbólico distanciado do vivido. Se nos cumpre pensar nos três vértices do triângulo de modo relativamente equiparável e não hierárquico – ainda que eles não possam estar em absoluta comunhão, eles não devem ser compreendidos em oposição – seriam essas e outras metodologias, que visam à compreensão da linguagem jornalística, modos de ler / interpretar o jornalismo naquilo que ele supostamente apresenta de menor?

Certeau (2000, p. 174), ao dizer da importância de partirmos de uma compreensão das práticas microbianas, lembra-nos que as práticas da vida “se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora”. Em se tratando de narratividade – espaço que não sobrevive de dicotomias como opinião / informação / interpretação ou objetivo / subjetivo, para tratarmos somente de algumas das noções com as quais opera a epistemologia dominante no jornalismo –, um dos aspectos que prevalece diz respeito à ordem própria da vida: não ser estanque. A narratividade – e aí vale pensar a discursividade em seu sentido ampliado – busca conhecer as falas, inclusive nas suas dissonâncias, com suas respectivas personagens, naquilo que elas também apresentam de contraditório. Ela busca reconhecer, além de tudo, o contexto em que os fatos se dão, sempre no intuito de redimensionar os acontecimentos. Na perspectiva de uma análise da narrativa, por exemplo, podemos perceber o quanto as verdades também se revelam nos interditos e nos espaços aparentemente menores (Resende, 2002b).

As ciências sociais ocidentais, de acordo com Appadurai (2003, p. xix), reforçaram a idéia de que o moderno fosse um momento único. Para este autor, havemos de encontrar instrumentos com os quais ler as mudanças que se notam e, desse modo, “uma tarefa para uma ciência social alerta e renovada é nomear e analisar estas formas móveis e repensar o significado de pesquisas mais apropriadas a esta mobilidade”. Salientamos, para o campo do jornalismo, a tarefa não é menos desafiadora. Os instrumentos que hoje utilizamos precisam ser capazes de

entender o simbólico como lugar de produção de sentido, afeito ao cultural, como dirá Ricoeur (2002), fazendo saber, ao mesmo tempo, que as teorias e abordagens totalizantes são insuficientes para compreendermos o processo jornalístico de produção, circulação e recepção.

Referências

- ABREU, A.A. de (org.). 1996. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, FGV, 199 p.
- APPADURAI, A. 2003. *Modernity at large – cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, Univ. of Minnesota Press, 229 p.
- BENETTI, M. 2007. Análise do Discurso em Jornalismo: estudos de vozes e sentidos. In: C. LAGO e M. BENETTI (orgs.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, 2007, p.107-122.
- CASTRO, R. 2001. *O anjo pornográfico*. São Paulo, Cia. das Letras, 457 p.
- CERTEAU, M. de. 2000. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 351 p.
- DARNTON, R. 2000. Rede de intrigas. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais! São Paulo, 30 jul., p. 7.
- GIDDENS, A. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 177 p.
- MARCONDES FILHO, C. 2000. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo, Hacker, 171 p.
- MARIANI, B. 1993. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: E.P. ORLANDI (org.), *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*, Campinas, Pontes, p. 31-42.
- MARTÍN-BARBERO, J. 2003. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: D. MORAES (org.), *Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro, Record, p. 57-86.
- MIÈGE, B. 1999. O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado. *Novos Olhares: Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos*, 2(3):4-11.
- RESENDE, F. 2002a. *Textuações: ficção e fato no Novo Jornalismo de Tom Wolfe*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 128 p.
- RESENDE, F. 2002b. *O olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. ECA/USP, 250 p.
- RICOEUR, P. 2002. Paul Ricoeur – o único e o singular (Nomes de Deuses – entrevistas a Edmond Blattchen). São Paulo/Belém, Unesp/UEPA, 81 p.
- RODRIGUES, A.D. 2000. Para uma genealogia do discurso da globalização e da experiência. Lisboa, BOCC – Biblioteca Online

de Ciências da Comunicação. Acesso em: 26/09/2007, disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=rodrigues-adriano-globalizacao-experiencia.html.

RODRIGUES, A.D. 1984. *O campo dos média – discursividade, narratividade, máquinas*. Lisboa, A Regra do Jogo, 96 p.

SODRÉ, N.W. 1999. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 501 p.

TODOROV, T. 1980. *Os gêneros do discurso*. São Paulo, Martins Fontes, 305 p.

VAN DIJK, T. 1992. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo, Contexto, 207 p.

Submetido em: 09/08/2007

Aceito em: 23/08/2007